

Políticas públicas para pessoas com deficiência na Guiné-Bissau

Jailson Carlos Nanque *

ORCID iD

<https://orcid.org/0000-0001-7288-9812>

RESUMO: O presente trabalho trata-se sobre políticas públicas para pessoas com deficiência na Guiné Bissau. O artigo visa discutir sobre a integração social dos deficientes de forma geral, com ênfase no caso da Guiné Bissau, buscando assim entender como se dá a materialização dessa política no País como forma de inserir os deficientes na vida social. O texto objetiva-se em buscar entender como é que os deficientes acessam as escolas públicas e privadas e assim como os transportes públicos no País, e compreender como é que a sociedade lida com pessoas com deficiência face às oportunidades sociais que aparecem. Trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico e documental no qual foram coletados diversos artigos, teses, e demais documentos para o seu efeito. Conclui-se que, a ausência do estado face a combate à discriminação social tem contribuído bastante para o isolamento dos deficientes na Guiné Bissau, esse silêncio do estado motivou a sociedade a carregar mais preconceito e discriminação contra os deficientes sobretudo, no que se refere ao acesso as escolas e transportes públicos. Na mesma linha, observa-se que, a vivência ou a integração das pessoas com deficiência dentro da sociedade guineense ainda é pouco visto, sendo que, ausência da participação social destes no que toca aos processos políticos tem facilitado em muitas ocasiões a aprovação e implantação de leis que não atendem com eficácia a demanda desejada destas pessoas dentro da sociedade. Na mesma ótica, percebe-se que, o acesso a escola e assim como aos transportes públicos para os deficientes guineenses é o mais difícil de tudo, ou seja, quer escolas assim como os transportes, ambos não possuem condições que atendem com eficiência as demandas dos deficientes, o que tem afastado muitos deficientes longe da sociedade e assim como no acesso a esses meios.

Palavras chave: Pessoas com deficiência; Políticas públicas; Guiné Bissau

Pulitikas publikas pa djintis ku tene difisiensia na Guiné Bissau

Resumu: Es tarbadju na trata sobri pulitikas publikas pa djintis ku tene difisiensia na Guiné Bissau. Artigu misti diskuti sobri manera di sta na sosiedadi pa djintis ku tene difisiensia di forma geral, mas ku sintidu na kasu di Guiné Bissau, suma manera di ntindi ke ku stadu ta fasi pa pudi pirmiti difisientis pa e sta dentru di tudu kusas di sosiedadi. Tarbadju tene suma odjetivu busca sibi kuma ku djintis ku tene difisiensia ta bai skola di stadu ku privadus na Guiné Bissau, suma tanbi kuma ke ta konsigui nbarka na karus, tanbi ku es tarbadju no misti sibi kuma djintis ta odja difisientis danti di opurtunidades di tarbadju ku ta aparese. Ina trata di um tarbadju di piskisa bibliografiku ku dukumental nunde ku no djunta manga di utrus tarbadjus pa no pudi fasil. No konklui kuma falta di stadu danti di konbati pa ka djintis ku tene difisiensia bata tratadu mal i kontribui na pui djintis ku tene difisiensia lundju di sosiedadi suma tambí lundju di skola ku transporti na no tera. Asin i ta odjadu kuma forma ku djintis ku tene difisiensia ta viví na no tera ika maitu bonitu pabia djintis ta odja elis mal, pabia na Guiné Bissau djintis ku tene difisiensia ka ta odjadu na pulitika nin na tomada di disison. Tene difisiensia na Guiné i difícil pabia bu ka ta konsigui pudu na skola i nin tanbi djintis ka ta seta djudau pabu nbarka dritu na karus.

Palabra tchabi: djintis ku tene difisiensia, pulitikas publikas, Guiné Bissau.

Résumé : Le présent travail porte sur les politiques publiques en faveur des personnes handicapées en Guinée Bissau. L'article vise à discuter de l'intégration sociale des personnes handicapées en général, en mettant l'accent sur le cas de la Guinée Bissau, cherchant ainsi à

* Graduando em Administração Pública pela UNILAB. Membro e professor de francês no Instituto de Línguas da UNILAB. Professor de conversação em francês no Projeto Good Morning Bonjour da UNILAB/Malês. Bolsista do Núcleo de Língua da UNILAB. Email jcnanque@gmail.com

comprendre comment cette politique se matérialise dans le pays comme mode d'insertion des personnes handicapées dans la vie sociale. Le texte vise à comprendre comment les personnes handicapées accèdent aux écoles publiques et privées et aux transports publics dans le pays, le texte vise à comprendre comment la société traite les personnes handicapées face aux opportunités sociales qui se présentent. Il s'agit d'une recherche bibliographique et documentaire dans laquelle plusieurs articles, thèses et autres documents ont été rassemblés à ses fins. Il est conclu que l'absence de l'État face à la lutte contre les discriminations sociales a beaucoup contribué à l'isolement des handicapés en Guinée Bissau, ce silence de l'État a motivé la société à porter davantage de préjugés et de discriminations à l'égard des handicapés, notamment en ce qui concerne pour accéder aux écoles et aux transports en commun. Dans le même ordre d'idées, on observe que l'expérience ou l'intégration des personnes handicapées au sein de la société guinéenne est encore peu visible, et l'absence de leur participation sociale en termes de processus politiques a, à maintes reprises, facilité l'approbation et la mise en œuvre de lois qui ne répondent pas efficacement à la demande souhaitée de ces personnes au sein de la société. Du même point de vue, il est clair que l'accès à l'école et aux transports publics pour les handicapés guinéens est le plus difficile de tous, c'est-à-dire que les écoles et les transports ne disposent pas de conditions qui répondent efficacement aux demandes des handicapés, ce qui a éloigné de nombreuses personnes handicapées de la société et de l'accès à ces moyens.

Mots clé: Personnes handicapées; Politiques publiques; Guinée Bissau

Introdução

O presente artigo visa abordar sobre as políticas públicas voltadas para pessoas com deficiência na Guiné Bissau, mostrar a vivência desta classe na sociedade guineense, e assim como as suas integrações nas escolas, nos transportes e sobretudo na vida social, a fim de entender como se dá a materialização dessas políticas no País. O texto discute sobre a integração dos deficientes de forma geral, com ênfase no caso da Guiné Bissau, como forma de buscar entender quais são políticas públicas direcionadas para a integração desta classe dentro da sociedade com intuito de reduzir a discriminação social que ainda é considerado elevada. Assim, o texto objetiva se em buscar entender como é que os deficientes acessam as escolas públicas e privadas e assim como os transportes públicos no País, em outras palavras, o texto pretende compreender como é que a sociedade lida com pessoas com deficiência face às oportunidades sociais que aparecem. Ao longo do texto serão abordados conceitos ligados a política públicas e a inclusão social como forma de compreender como se dá a essa política de valorização e consideração e, assim como perceber como é que a inclusão pode facilitar a convivência dos deficientes dentro da sociedade atual.

O interesse pelo tema se enquadra no desafio acadêmico como forma de buscar entender o nível de convivência dos deficientes face a sociedade Bissau guineense. Assim, buscou se com este estudo contribuir para uma cidadania ativa e despertadora como forma de impulsionar a sociedade a reconhecer os deficientes e cria-los oportunidades como os demais outros cidadãos. O texto está dividido em três seções, a

primeira seção começa com abordagens sobre a inclusão social e a educação inclusiva visando assim fazer um olhar voltado as políticas que impulsionam a inclusão social através das discussões dos autores no que se refere a deficiência desde antiguidade até nos dias atuais. Na mesma linha, a segunda seção aborda sobre o acesso à educação para pessoas com deficiência na Guiné Bissau, buscando assim entender como é que os deficientes frequentam escolas públicas e privadas, quais escolas do País permitem ou que facilitam acessibilidade e suas integrações no seu todo. Assim, nessa seção, buscaremos compreender quais políticas públicas foram elaboradas pelo ministério da educação nacional como a entidade que gere a educação no País que visam a integração de quaisquer deficientes a nível nacional. Em outras palavras, a seção vai abordar também como é que as famílias lidam com seus parentes deficientes no acesso ao ensino face a sociedade que ainda é entendida de discriminadora.

Já na terceira seção, o texto aborda se sobre o acesso dos deficientes aos transportes públicos no País, com intuito de compreender a facilidade da integração dos deficientes no acesso aos meios de transportes nas paradas e assim como longe dos terminais. Na mesma ótica, o artigo aborda sobre a forma de tratamento da sociedade para com pessoas com deficiência no acesso a todos os meios de locomoção públicos. Por um lado, discutiremos sobre as condições de meios de transportes se são compatíveis aos deficientes ou não, no qual, será possível afirmar se a forma de viver dos deficientes na Guiné merece atenção do ente garantidor dos direitos sociais no País. E por fim, o texto traz as considerações finais sobre as políticas públicas voltadas para pessoas com deficiência na Guiné Bissau, como forma de reforçar o exposto ao logo deste trabalho. Assim, para este trabalho, foi adotado a pesquisa bibliográfica, valendo se de método qualitativo para se chegar ao objetivo proposto pelo mesmo de acordo com a natureza do nosso trabalho.

Metodologia

De acordo com a configuração deste trabalho, a metodologia não podia ser diferente da pesquisa bibliográfica e documental. Com base nisso, no entender de Gil (1946), o autor entende que a pesquisa documental se assemelha com a pesquisa bibliográfica, pelo que, para o autor, a diferença entre ambas reside na natureza das fontes. Na mesma linha, o autor acrescenta ainda que, a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre um determinado assunto, enquanto que, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem

ainda um tratamento analítico, ou a que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

Partindo deste olhar, pode se compreender que o percurso da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica, ou melhor dizendo, cabe salientar que, enquanto na pesquisa bibliográfica as fontes são constituídas sobretudo por material impresso localizado nas bibliotecas ou lojas, na pesquisa documental, as fontes são muito mais diversificadas e dispersas. Neste sentido, o nosso trabalho adotará a metodologia de pesquisa bibliográfica e documental, encaixando assim pela forma como foi idealizada e assim como pela sua natureza, ou ainda dizer, pela forma como a nossa pesquisa foi feita, a mesma se encaixa nos ensinamentos trazidos pelo autor sobre a pesquisa bibliográfica e documental, de modo que, baseamos em diferentes fontes e documentos para compor o presente trabalho.

Discussão e análise dos resultados

O Relatório da Liga dos Direitos Humanos da Guiné Bissau (2010-2012), considera que muitas etnias e famílias guineenses entendem a deficiência com base nos rituais ou nas crenças como um sinal de descontentamento dos “deuses” contra a família ou comunidade, no qual os portadores de deficiência, são muitas vezes, atirados aos telhados e seguidamente ao mar ou metido em “baga-baga” (térmitas), como forma de minar a deficiência dentro da família. Por um lado, Talianne (2012), considera que as principais causas das deficiências são: as doenças congênitas ou hereditárias; as decorrentes da falta de assistência ou da assistência inadequada às mulheres durante a gestação e o parto; a desnutrição; as que são consequências de doenças transmissíveis; as doenças e eventos crônicos; as perturbações psiquiátricas; e os traumas e as lesões associados às causas externas.

Assim, compreende se que, a percepção sobre a deficiência tem sido distorcida por muitas pessoas, sobretudo as famílias guineenses, pensado em como esta pratica pertence aos deuses. Neste sentido, é possível entender que, as vezes a falta de informação sobre a prevenção das doenças pode ser um dos principais motivos de qualquer pessoa possuir deficiência, ou seja, a má gestão de parto pode ser também um dos motivos para com a deficiência nas crianças, desnutrição, e assim como algumas doenças que também são hereditárias. Na mesma linha, Relatório da Liga dos Direitos humanos da Guiné Bissau (2010-2012), entende que a explicação dada para este comportamento é que muitas pessoas entendem que as pessoas com deficiência

pertencem as divindades da água ou da terra, devendo, por isso, obrigatoriamente regressar à procedência. Talianne (2012), explica que a Organização Mundial da Saúde (OMS) classifica, deficiência "como uma diferença na organização estrutural, psicológica e fisiológica do organismo (exemplo: a ausência de um dos membros inferiores).

Desse modo, pode se compreender que as explicações a volta de deficiência têm sido contraditórias em diversas ocasiões, sobretudo, pela sociedade guineense, ou seja, pelos relatos da liga dos direitos humanos da Guiné Bissau o documento considera que para muitas etnias guineenses, as explicações para com deficiência têm sido baseadas nos aspetos religiosos e culturais como forma de justificar a existência da deficiência. Nesta ótica, Barolo (2011), afirma que desde antiguidade já havia leis que discriminavam deficientes e que permitia matar essas pessoas como forma de travar a existência da deficiência. Neste sentido, compreende se que a discriminação para com portadores de deficiência não é de agora, e desde sedo essas pessoas já se sentiam ameaçadas pela sociedade.

No entanto, percebe se que, de acordo com os autores ao longo do texto, é possível entender que as pessoas entendem deficiência de forma diferente, alguns entendem que é castigo de deuses ou uma praga contra a família através dum mal cometido, enquanto outros a considera como uma doença que pode ser herdada de geração a geração por pertencer um membro de família. Em outras palavras, pode se asseverar que, as ausências face a políticas que visam integrar todos dentro da sociedade têm contribuído em deixar pessoas sem noção de como proteger a deficiência como uma doença. Desse modo, compreende se que as políticas voltadas para com pessoas com deficiência estão em falta, principalmente no caso da Guiné Bissau, pelo que, essa falta de informação sobre o que realmente pode causar uma deficiência tem deixado muitas famílias sem noção em como entender o que devem fazer para evitar seus parentes de doenças que provavelmente pode provocar deficiência e, essa falta de instrução das famílias em como proteger seus parentes contra doenças que podem provocar deficiência tem afastado muitos deficientes da sociedade devido suas condições físicas.

Na mesma linha, pode se perceber que, a deficiência tem afastado muitos deficientes de arena pública. De acordo com Relatório mundial sobre a deficiência (2012) o documento revela que muitas pessoas com deficiência não têm acesso igualitário à assistência médica, educação, e oportunidades de emprego, não recebem os serviços corresponde à deficiência de que precisam, e sofrem exclusão das atividades da vida

cotidiana. A diante desta ausência de políticas que visam integrar todos na sociedade esse fato tem motivado a sociedade a manter mais discriminação sobre os deficientes.

Com base nos resultados apresentados, percebe-se em primeiro momento que as ausências de políticas públicas que defendem os deficientes, trouxeram consigo impasse e problemas sociais, sobretudo, o elevado nível de discriminação social que se vê nos dias atuais. Na mesma linha, compreende-se que, essas ausências na promoção de igualdade dos cidadãos face a integração social tem afastado muitos deficientes da sociedade, sobretudo, nas conquistas de oportunidades que aparecem e assim como no acesso aos espaços públicos. Assim, percebe-se que, a vivência dos deficientes constitui ainda muita barreira em muitas sociedades, em particular a de Guiné Bissau, que não conta com nenhuma política de cotas que geralmente visam incentivar os deficientes a integrarem na sociedade como cidadãos iguais para com outros.

Em segundo lugar, constatamos que as dificuldades que os deficientes enfrentam são na maioria uma das principais causas do isolamento social, ou seja, a forma como são tratadas não abona para uma integração digna e respeitadora das diferenças. Na mesma linha, os resultados permitiram nos compreender que, ser deficiente na Guiné Bissau é sinônimo de viver sem vida, pelo que, a sociedade não sabe lidar com os deficientes e essa discriminação social tem distanciado muitos deficientes fora das decisões da cidadania, como por exemplo, acesso ao voto, ida as escolas e dentre outras tarefas que envolvem o exercício da cidadania. Doravante, a diante do tamanho preconceito e discriminação social que se verifica na Guiné Bissau contra os deficientes, pode-se asseverar que, a vida humana só tem valor para quem não é deficiente, pois, compreende-se uma ausência do estado face a defesa dos deficientes perante as discriminações sociais que se vive no País.

Assim, compreende-se por políticas públicas como tudo que o estado faz para garantir o bem estar social do seu próprio povo visando assim lutar contra miséria e discriminação. Neste sentido, assevera-se que, as políticas públicas visam garantir a inclusão nas oportunidades de acesso a escola, saúde, emprego e dentre mais vantagens para todos sem exceção. Nesta ótica, de acordo com Souza, (2003, *apud*, LYNN 1980) o autor define políticas públicas como um conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos no melhoramento das condições sociais do povo. Assim, percebe-se que, tudo que o estado faz pode e é considerado de políticas públicas desde que o mesmo visa a inclusão de todos como beneficiários.

Neste sentido, de acordo com este autor, as políticas públicas também podem ser consideradas como aquelas somas das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos em todos os domínios da vida social. Neste particular, observa-se que, houve muitas ausências na criação de políticas públicas voltadas para pessoas com deficiência como forma de protegê-los contra a discriminação social. A realidade existente hoje sobre políticas públicas para pessoas com deficiência facilita a compressão sobre o quanto as pessoas com deficiência são excluídas e discriminadas pela sociedade de uma forma direta e indireta. Nesta ótica, segundo Sofia (2008), a inclusão é um movimento educacional, mas também social e político que vem defender o direito de todos os indivíduos participarem, de uma forma consciente e responsável, na sociedade de que fazem parte, e de serem aceites e respeitados naquilo que os diferencia dos outros.

Portanto, nem sempre essa inclusão acontece e muito menos permite os deficientes se sentirem acolhidos e bem-vindos, com isto, pode-se notar que, a onda de discriminação para com pessoas com deficiência tem crescido em vários países ao redor do mundo e essa discriminação trouxe consigo diversas designações preconceituosas considerando assim pessoas sem deficiência de normais e enquanto os deficientes de pessoas incapazes, anormais ou inúteis (SASSAKI, 2005). Assim, de acordo com Barolo (2011), desde a antiguidade já havia leis que discriminavam deficientes, em Roma existiam leis que eram conhecidas como Leis Romanas da antiguidade, essas leis permitiam matar qualquer criança que nascia com qualquer deformidade física, em muitos casos essas crianças eram afogadas, também, em alguns casos os pais abandonavam seus filhos no rio Tibre ou mesmo em lugares sagrados, por outro lado, foi visto também que no caso de alguns sobreviventes muitos deles eram explorados ou eram postos a trabalhar em circos para o entretenimento (Barolo, 2011).

Com base nisso, é notório socialmente que é muito raro encontrar um ou uma deficiente na arena pública ou nos cargos públicos, o que tem demonstrado claramente o quanto a exclusão desta classe é gritante na vida social. Partindo da ideia da antiguidade, sobre as pessoas com deficiência (PcD), de acordo com Barolo (2011), no império Romano surgiu o Cristianismo cuja doutrina ou ideologia era a caridade e o amor entre as pessoas, de modo que, a partir do cristianismo que começou o combate à prática de eliminação das pessoas com deficiência, começando por enfrentar o preconceito, e o abandono por parte da família, uma vez que muitos acreditavam que as pessoas que nasciam com algum tipo de deficiência era castigo de Deus. No entanto, a vinda do

cristianismo tem ajudado bastante no combate à discriminação que as pessoas com deficiência deparavam na altura, em outras palavras, o cristianismo tinha como foco a caridade de modo a inverter o conceito que a sociedade tinha na altura sobre pessoas com deficiência permitindo assim, por outro lado, a valorização das vidas das PcD de forma geral.

Contrair deficiência na vida pode ser classificado como algo muito normal e decorrente na vida humana, sendo que, algumas pessoas nascem já com deficiência enquanto outros apanham no trabalho ou no acidente. Seguindo essa lógica, de acordo com Talianne (2012), as principais causas das deficiências são: as doenças congênitas ou hereditárias; as decorrentes da falta de assistência ou da assistência inadequada às mulheres durante a gestação e o parto; a desnutrição; as que são consequências de doenças transmissíveis; as doenças e eventos crônicos; as perturbações psiquiátricas; e os traumas e as lesões associados às causas externas. Sendo assim, não faria sentido estabelecer uma regra de vida para com pessoas com deficiência, ou até discriminar pessoas com PcD, sendo que, ninguém nasce querendo ter a deficiência e muito menos encontrar uma família que se contenta por ter um filho ou membro da família com deficiência, sabendo da forma como a sociedade discrimina os possuidores da deficiência.

Com base nisso, de acordo com Talianne (2012), a Organização Mundial da Saúde (OMS) classifica, deficiência como uma diferença na organização estrutural, psicológica e fisiológica do organismo (exemplo: a ausência de um dos membros inferiores). A incapacidade como sendo a consequência funcional da deficiência, de modo a não realização de tarefas do cotidiano e desvantagem é o termo que diante dessas situações, mostra o despreparo da sociedade em relação à acessibilidade e à aceitação das necessidades especiais para que as pessoas com deficiência física alcancem um determinado desempenho social.

Partindo desse ponto de vista da OMS, em muitas ocasiões, os deficientes são classificados como inocentes ou inoportunos diante das tarefas sociais, ou seja, essa incapacidade nos membros do corpo, para outros esses problemas refletem nos cérebros, o que não corresponde e muito menos ser verdadeira, sendo que, ao redor do mundo tem muitos deficientes que já corresponderam com as expectativas das tarefas nos quais foram submetidos. Diante disso, consideram-se pessoas com deficiência, como aquelas que possuem limitações ou incapacidades de ordem física, auditiva, visual, mental ou múltipla, que comprometa o desempenho de suas atividades (Brasil, 2007, p.37). Nesta

ótica, a deficiência aqui abordada não se refere a um único ponto do corpo do ser humano, mas sim, ao conjunto dos membros do corpo humano, ou seja, a incapacidade que um deficiente tem em desenvolver suas atividades de forma cabal sem precisar de auxílio do outro.

Seguindo essa lógica, a forma como as pessoas com deficiência são tratadas, muitas vezes ilustra uma exclusão forte no que refere a capacidade destas pessoas, ou seja, para muitos, as pessoas com deficiência são incapazes em tudo, isso sim, é a ignorância que a sociedade tem atribuído a PcD impedindo-os de fazer parte de tudo que a sociedade reserva. Partindo desse ponto, pode-se notar que ao longo do tempo com a necessidade que a sociedade vinha tendo, a forma de tratamento das pessoas com deficiência tem mudado um pouco, alguns já não as consideram como incapazes, mas sim diferentes de nós.

Segundo Sasaki (2005, apud, SILVA et al., 2007, p. 29), no início da história as pessoas com deficiência eram consideradas como inválidas, conseqüentemente indivíduos sem valor "ou seja, inútil" para a família e sociedade; sendo este termo utilizado até o século XXI. Fatos esses também que são vistas no caso da Guiné Bissau, ou seja, a forma de lidar e tratar os deficientes levaram muitas pessoas a abandonarem suas famílias por terem uma deficiência em qualquer parte do corpo, pois, para muitas famílias, pessoas com deficiência são considerados como frutos de castigo ou uma maldição que recai sobre a família que muitas vezes é motivado de uma sanção social por algum erro ou, por transgressão de algo proibido, pelo pecado cometido pela própria vítima de deficiência ou dos pais (Relatório da Liga dos Direitos Humanos da Guiné Bissau 2012).

Na mesma ordem, no relatório da Liga dos Direitos Humanos da Guiné Bissau (2012), pode se notar o quanto outras crianças com deficiências são escondidas no seio da família, impedidas de serem vistas por estranhos, sendo que, a estigmatização das pessoas com deficiência é visível tanto no meio familiar, escolar, e assim como no emprego, e faz com que muitas delas sejam obrigadas a deixar as suas famílias e forçadas a mendigar nas ruas para sua sobrevivência.

Com base neste relatório, é possível compreender que muitas famílias ainda se incomodam por ter um membro com problemas da deficiência, ou seja, a explicação que muitas famílias dão para com este comportamento é que, essas pessoas com deficiência pertencem a divindades da água ou da terra, devendo assim, obrigatoriamente regressar à procedência, sinais que indicam a forte discriminação dentro das famílias e, que tem

motivado muitas pessoas a não proteger essas pessoas e, em alguns casos muitos são desconsiderados de suas famílias e assim como dentro da sociedade.

A vivência ou a integração das pessoas com deficiência dentro da sociedade guineense ainda é pouco visto, sendo que, ausência da participação social destes nos processos políticos tem facilitado em muitas ocasiões a aprovação e implantação de leis que não atendem com eficácia a demanda desejada destas pessoas dentro da sociedade. Assim, observa-se que, a sociedade ainda é muito discriminadora para com os diferentes, o que demonstra a pouca representação dessas pessoas nas atividades políticas e culturais do País e assim como a forma de se integrarem nas conquistas sociais (Relatório da Liga dos Direitos Humanos da Guiné Bissau, 2012).

Compreende-se que, a discriminação social na Guiné Bissau é muito elevada, o que tem contribuído para a não integração das pessoas com deficiência, e muito menos a sua aceitação, no que tange a integração social, quer nos cargos públicos ou privados. Neste sentido, pode-se afirmar que, a luta dos deficientes para se inserirem na sociedade do País já se inicia quando são eliminados e abandonados pelos seus próprios familiares (Relatório da Liga dos Direitos Humanos da Guiné Bissau, 2012).

Com base nesse olhar, nota-se que, apesar de tudo isso, algumas pessoas com deficiência mostravam resistência a isso é o caso de Homero que foi um grande poeta da Grécia antiga e foi abandonado por sua mãe por ser cego, e mesmo sendo cego, Homero escreveu belos poemas, *Ilíada* e *Odisseia* (Gugel, 2007). Fato esse também que se consuma na Guiné Bissau, mas com pouca frequência, pois, alguns deficientes também deram suas vidas para comprovar a sociedade que por ter uma deficiência, não indica ser incapaz, contudo, a maioria destas pessoas vivem longe das oportunidades. Em outras palavras, a diante das barreiras em aceitação dos deficientes dentro da sociedade Bissau guineense alguns são proibidos até de fazer parte dum grupo, tomar parte nos projetos e dentre outras oportunidades só por serem diferentes dos outros.

Assim, compreende-se que a inserção dos deficientes nas atividades públicas é ainda muito pouco, sobretudo suas integrações naquilo que é público quer no emprego público ou nas atividades culturais, ou seja, se compreende uma exclusão destes pela sociedade, pois, a onda da discriminação tem afastado muitos deficientes longe da sociedade e no acesso às instituições públicas no País. A forma de tratamento dos deficientes na Guiné-Bissau não abona para uma integração social desta classe na sociedade, sobretudo, pela incapacidade atribuída a estas pessoas pela sociedade (Relatório da Liga dos Direitos Humanos da Guiné Bissau, 2012).

Acesso à educação

A sociedade hoje em dia, tem adotado novas formas de perceber e lidar com as pessoas com deficiência em suas especificidades, permitindo assim sua integração em diferentes campos sociais da vida humana. A diante disso, a educação inclusiva tem servido como uma entrada para inclusão social, é sim, uma educação que vai além da escola, que se fundamenta em “apoios e suportes, de trabalhos em equipes e de toda uma gama de mudanças institucionais que vão além da organização didática” (CARNEIRO, 2007, p. 67).

Compreende se que, a educação inclusiva ou especial, tem servido como forma de lutar contra a exclusão social que se tem vivido ao longo dos tempos. De acordo com Carneiro (2007), a Educação Especial visa garantir a todos os alunos deficientes acesso à escola, removendo os obstáculos que impeçam a frequência e garantia de avançarem em seus estudos no ambiente escolar, permitindo assim o desenvolvimento educacional dentro das escolas. A prática da inclusão social hoje em dia, se baseia mais em princípios diferentes do convencional, desde aceitação das diferenças individuais, valorização da forma de viver de cada pessoa, respeitar a convivência dentro da diversidade humana, e por fim agilizando aprendizagem de todos, por meio da cooperação, sem discriminação social e muito menos o desprezo.

No entendimento da Sofia (2008), a Educação Inclusiva é apresentada como uma evolução da escola integrativa. Na verdade, ela não é uma evolução, mas uma ruptura, um corte, com os valores da educação tradicional. A Educação Inclusiva assume-se como respeitadora das culturas, das diferenças, das capacidades e das possibilidades de evolução de todos os alunos, ou seja, essa educação permiti que todos têm acesso à educação de forma íntegra sem nenhuma discriminação para com os diferentes.

Na busca de incluir todos na educação e assim como nas atividades sociais a carta magna da Guine Bissau, no seu artigo 49º alínea 1, garante que, todos os cidadãos têm direitos a educação e demais modos de ensino que a sociedade reserva. Assim, compreende se que, a Constituição da Guiné-Bissau reconhece vários graus de ensino, igualmente, é reconhecida a iniciativa privada no setor do ensino de forma a complementar o Estado na sua missão de combater o analfabetismo e assim como a discriminação social sobre o ensino. Nesta ótica, percebe se que, a educação referida pela lei não se refere a um padrão de vida e muito menos importa da condição física ou a estética de qualquer cidadão (Relatório da liga dos Direitos Humanos da Guiné Bissau

(2010-2012). A acessibilidade das pessoas com deficiência nas escolas públicas ou privadas constitui uma barreira forte para muitos deficientes na Guiné Bissau, sendo que, na maioria das vezes as famílias não se dignam em matricular suas crianças devido a deficiência, ou melhor, dizendo, muitas famílias sentem vergonha de deixar seu parente frequentar espaços públicos, alguns até preferem que pessoas com deficiência fiquem em casa sem ter acesso ao ensino e, assim como no tudo que a sociedade faz, como forma de estes não sentirem a discriminação social (Relatório da Liga dos Direitos Humanos da Guiné Bissau, 2010-2012).

Em outras palavras, de acordo com porcentagens de acesso à educação revelados pelo relatório da liga dos direitos humanos da Guiné Bissau em 2012, é possível compreender que pela pouca aparição dos deficientes nas escolas do País pode se entender que as maiorias das escolas da Guiné-Bissau não possuem condições para o acolhimento das pessoas com deficiência, ou seja, a partir destes dados é fácil compreender que poucas pessoas com deficiência é que acessam as escolas, com isso, pode se entender que muitas escolas não têm as carteiras que permitem acessibilidade destas pessoas de modo a estudarem nas escolas públicas ou privadas, fatos que tem afastado muitas pessoas com deficiência. Assim, compreende se que, as ausências das políticas que envolvem a integração dos deficientes na sociedade ainda são pouco vistas, motivos que não ajudaram a integração social desta classe na vida pública do País.

Desse modo, faz necessário que haja discussões sobre vida dos deficientes na Guine Bissau como forma de permitir suas integrações na vida social do País, ou melhor dizendo, deve ser criadas condições que permitam a acessibilidade destes em todas as escolas do país, de modo a facilitar a integração destes no ensino. Em outras palavras, pode se afirmar que, muitas escolas também não têm planos que visam integrar essa classe no ensino e muito menos as condições para suas integrações dentro e fora das escolas.

Nesta ótica, os dados de acesso à educação para com deficientes no País divulgados pelo relatório da liga dos direitos humanos da Guiné Bissau em 2012 permitem compreender que o ministério de educação nunca criou iniciativas que visam integrar os deficientes nas escolas, pelo que, não criou nenhuma política que visa a proteção destes no acesso ao ensino no País. Assim, assevera se que, a pouca presença da entidade que gere o ensino no País não tem colaborado para uma integração das pessoas com deficiente para sim permitir que as escolas facilitem estes no acesso ao ensino em todas as etapas da vida.

Como base nesse olhar, nota-se que a adesão ao ensino para pessoas com deficiência tem sido uma barreira forte, quer na família assim como dentro da sociedade Bissau guineense o que demonstra a exclusão completa desta classe. De acordo com Relatório da Liga dos Direitos Humanos da Guiné-Bissau (2010-2012), os dados estatísticos do estudo sobre as pessoas com deficiência revelam que 57,4% da população com estas características em idade escolar se encontra fora do sistema de ensino e, a maioria destas pessoas são proibidos de estudar por suas famílias como forma de protegê-los contra discriminação social, injúrias e difamação.

Partindo dos dados de comparação sobre acessibilidade escolar das pessoas com deficiência, o relatório da liga revela que, as mulheres com deficiência são as mais desfavorecidas, pois representam cerca de 71,8% da população com deficiência que jamais frequentou um estabelecimento de ensino, contra 45,1% dos homens, apenas 16,3% dos que alguma vez frequentaram a escola, contra 48,8% dos homens e 8,8% dos que estão a frequentar, contra 11,5% dos homens. Assim, assegura-se que, a forma de acessar a educação para estes é o mais difícil nesse aspecto, sendo que, a maioria das escolas não tem condição de receber pessoas com deficiência, de modo que, muitas pessoas acabam não aturando o tal sofrimento, em outras palavras, devido à forte discriminação social que a sociedade tem para com PcD fica difícil para muitos familiares aceitarem que seus filhos aderirem às escolas por causa da discriminação (Relatório da Liga dos Direitos Humanos da Guiné Bissau, 2012).

Com base nisso, nota-se que, de acordo com o Relatório da Liga dos Direitos Humanos da Guiné Bissau (2010-2012) entre as pessoas com deficiência, 23% têm o ensino básico unificado, enquanto que 11% têm o secundário, 1% o profissional, 1% o médio e 1% o universitário. A vista disso, compreende-se que os dados demonstram o quanto a discriminação é elevada quanto ao acesso destas pessoas dentro da sociedade e assim como suas participações no tudo que a sociedade reserva, ou seja, pode-se afirmar que, com essa onda de pouca integração observa-se que a sociedade nem faz conta com os deficientes.

Na mesma linha, ao observar estes dados, pode-se notar que, o acesso à educação para PcD na Guiné Bissau está muito longe de ser concretizado, ou seja, entre esses dados pode-se notar que, 61% não declarou o seu nível de instrução, o que pressuporia que só 2% não teria finalizado qualquer nível de ensino. Assim, baseando neste quadro estatístico sobre a situação dos deficientes na Guiné-Bissau, isso constitui uma demonstração clara da não integração da problemática das pessoas com deficiência

na agenda prioritária dos sucessivos governos deste país, ou seja, muitos dos deficientes não têm e não sentem a proteção dos governos sobre suas condições de vida e proteção contra a discriminação social.

A diante disso, de acordo com o Relatório da Liga dos Direitos Humanos da Guiné Bissau (2010-2012), o documento revela que, o estigma, a discriminação, a exclusão social, os abusos e as agressões contra a integridade física dos deficientes constituem os principais problemas com que se deparam os deficientes na Guiné Bissau. Em outras palavras, assevera se que, o sistema de ensino guineense ainda não contempla nenhum programa de ensino especial para as pessoas com deficiência com vista a dar respostas às suas necessidades, o acesso à educação para qualquer deficiente na Guiné Bissau ainda é distante daquilo que a sociedade vive nos dias de hoje, mostrando claramente o quanto os deficientes enfrentam dificuldades em estudar nas escolas públicas ou privadas.

Sendo assim, de acordo com relatório da liga sobre acesso à educação de pessoas com deficiência, presume-se que, alguns até tentam estudar, mas na maioria das escolas onde frequentam não possuem condições que os favorece o aprendizado. Para além das discriminações que estes enfrentam no dia após dia, o acesso ao bem público para estes não é nada fácil, tendo a família como um dos principais obstáculos no acesso ao que é público. Na mesma linha, compreende se que, a diante dos obstáculos no acesso ao ensino para as pessoas com deficiência, também, se sente a falta de intervenção social em como promover a sensibilização da população de forma a combater a discriminação e a exclusão social das pessoas com deficiências no que toca a tudo que a sociedade reserva para qualquer que seja cidadão.

Acesso à transportes

O mundo tem adotado muitos mecanismos para a inclusão social nos dias de hoje, assim, o acesso ao meio de transporte para as PcD já não constitui problemas em muitos países ao redor do mundo, ou melhor dizendo, alguns países já não sentem problemas na inclusão de pessoas com deficiência, ou suas integrações no acesso aos transportes públicos. De acordo com Gomide & Galindo (2013), a mobilidade urbana é considerada sustentável quando promove o acesso universal das pessoas à cidade e às oportunidades por ela oferecidas, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico, utilizando racionalmente a infraestrutura viária e sem agredir o meio ambiente, no sentido de facilitar a mobilidade e a locomoção de cada cidadão. Assim, pode se afirmar que, a mobilidade

urbana serve como um dos canais que facilitam a circulação de todas as populações como forma de garantir que todos tenham acesso ao transporte público sem discriminação para com o outro.

Na mesma ótica, compreende-se que esse fenômeno de facilidade na locomoção não se consume em todos os países, ou seja, este processo de locomoção dos deficientes em boas condições ainda é muito distante na Guiné Bissau, sendo que, muitos transportes não são compatíveis ou adaptados no que se refere à inclusão das pessoas com deficiência, de modo que, muitos deficientes sentem dificuldades ao acessar os meios de transportes públicos. Em outras palavras, pode-se afirmar que, quase maioria ou até dizer que, nenhum transporte possui condições que facilita a acessibilidade dos deficientes, em muitas vezes é notório de forma direta ou indireta, a forma como os motoristas rejeitam incluir esses nas viagens, alegando não possuir condições para suas seguranças no interior dos veículos.

Assim sendo, a solução é inverter o quadro de inclusão nos transportes como forma de permitir que todos tenham acesso ao meio de transporte sem desconforto. De acordo com Assis (2014), um bom caminho para que haja a inclusão de todos no acesso ao transporte parte-se, em aproveitar a Política Nacional de Mobilidade Urbana, que determina que municípios com mais de 20 mil habitantes elaborem e apresentem um Plano Municipal de Mobilidade Urbana, para planejar e priorizar as questões relativas à acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência, o que ainda é distante da Guiné Bissau, devido à ausência das políticas de inclusão nos transportes como forma de acabar com a onda de discriminação no acesso ao transporte.

Seguindo este olhar, devido à inexistência das políticas de inclusão dos deficientes nos transportes, compreende-se que, muitos deficientes não frequentam os espaços públicos devido à falta dos carros para suas deslocações para o destino desejado, em muitos casos, devido às dificuldades que os deficientes deparam no acesso aos transportes faz com que muitos não se integrem às filas ou paradas de acesso aos transportes públicos.

Compreende-se que, diante desta ausência da política que defende a inclusão desta classe nos transportes, observa-se que, os deficientes são excluídos de forma direta o que tem motivado muitos portadores de deficiência a desistirem de frequentar espaços públicos e até as escolas devido à exclusão nos transportes públicos. Diante desse problema de acesso aos transportes, vale dizer que, a Guiné Bissau, conta com pouco rigor nos transportes e nunca discutiu sobre a vida e a forma de vivência dos

deficientes, sobretudo, na vida social e no acesso aos transportes públicos. (BOLETIM OFICIAL DA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU 2018).

Ainda, de acordo com este boletim pode se compreender que o governo pretende dar atenção aos transportes públicos e criar uma entidade para servir de reguladora rodoviária como forma de permitir que os transportes agilizam as condições dos veículos para sim garantir uma locomoção digna e segura para todos, o que revela que antes deste boletim a situação rodoviária era mais difícil sobre a locomoção dos cidadãos fato que tem dificultado muitos deficientes sobre acesso aos transportes públicos devido a pouca rigorosidade no transito.

Assim, assegura se que, quer os transportes que circulam para o interior do País assim como os que circulam na cidade, ambos não possuem condições que facilita a integração dos deficientes e assim como seus acessos. Diante das ausências de tantos meios que permitem a inclusão dos deficientes nos transportes compreende se que, essa ausência tem contribuído para o esquecimento dos deficientes, sobretudo sobre o sofrimento que estes passam em buscar transportes para se locomover.

Perante as dificuldades que os deficientes enfrentam, em muitas vezes faz muitos a se reduzirem de deslocar, ou seja, transportes ainda também constituem muitas dificuldades para muitos deficientes. De acordo com Assis (2014), o transporte ainda é uma grande barreira e nossas ruas e calçadas representam grande obstáculo para a locomoção de pessoas com deficiência, que também sofrem com a falta de acessibilidade em lojas e edifícios, sem contar com o preconceito e o não cumprimento das regras vigente, que ainda perduram, sendo que, muitos transportes ainda não se facilitam a locomoção dos deficientes nas suas viagens e muito menos facilitam a integração dos deficientes nos transportes públicos.

Neste sentido, na Guiné Bissau, a maioria dos transportes não têm condições que facilitam os deficientes nas viagens, ou ainda, devido à ausência das políticas públicas voltadas para inclusão social são um dos motivos deste fracasso nos transportes que visam melhorar a locomoção de todos. No entanto, quase em todo mundo se usa o único meio de transporte mais comuns denominado (ônibus), a diante disso, o transporte coletivo é o meio de locomoção mais utilizado pela maioria da população, tendo em vista que, a grande maioria não tem condições de possuir um transporte próprio para se locomover. Assim, observa se que, o uso dos ônibus assim como dos trens e entre outros meios de transporte se tem tornado indispensável e útil para muitos como o principal mecanismo para a facilidade de se locomover, por outro lado, os ônibus têm facilitado a

inclusão social em muitos países por modelos adaptados que visam a facilidade destes no acesso ao transporte público.

Partindo das dificuldades enfrentadas pelos deficientes, em maiorias das vezes estes se encontram fora dos planos dos veículos ou transportes públicos. De acordo com Teles (2007), a mobilidade urbana cresceu exponencialmente e complexificou-se pela imensa cadeia de necessidades de deslocamentos diários que se formou devido à dispersão urbanística residencial e à desnuclearização das atividades provenientes de novas formas de organização profissional e de novos estilos de vida. Assim, esse fenômeno tem provocado o aumento das distâncias e o crescimento da necessidade de uso do automóvel, bem como ocasionando a desorganização do espaço público, a criação de barreiras urbanísticas que impedem o acesso de pessoas com deficiência à cidade, ou seja, os cadeirantes têm enfrentado muitas barreiras no acesso ao transporte, de modo que alguns nem conseguem se locomover para os destinos almejados.

A diante disso, nota se que, a inclusão social tem faltado para com pessoas com deficiência no País, sobretudo, no que se refere ao acesso de transportes públicos e, em muitas ocasiões, chegar nas paradas para os cadeirantes constitui um problema e, assim como entrar nos ônibus ou até deslocar de um ponto para o outro nas ruas de Bissau continua a constituir uma barreira. Em outras palavras, a forma de tratamento social para com estes na Guiné Bissau ainda é muito preconceituosa, sendo que, é muito raro encontrar deficientes a serem suportados para sim entrar num transporte público, sendo que, muitos não possuem meios para tiver seus próprios veículos.

Os problemas de acesso ao meio público para os deficientes, não só é vista em falta de acesso aos transportes, mas sim, em tudo que for necessário durante o cotidiano. De acordo com Bonfim (2012), uma das coisas que pode mais chamar a atenção é a forma ou a falha na construção de muitas rampas rebaixadas nas cidades ou até nas calçadas, como coisas que não facilitam a integração de muitos deficientes, por exemplo, já vi rampas que são obstruídas por postes, buracos, que estão pela metade, ou ainda que não têm ligação com o outro lado da rua que em maiorias das vezes dificulta pessoas normais, o que demonstra que nem todos deficientes é que conseguem acessá-los de forma cabal.

Perante as necessidades que os deficientes enfrentam, nas suas maiorias muitos não se entendem sobre as suas locomoções ou até dos controles quando usam a via pública sozinhos. De acordo com Garcia, (2013) queremos ter acesso ao transporte público, calçadas transitáveis, semáforos com sinalização sonora, pisos táteis, enfim,

estratégias de acessibilidade que nos assegurem o direito fundamental de ir e vir. Em outras palavras, assevera se que, isso demonstra que, muitos ônibus poderiam ter sons sonoros para facilitar os deficientes visuais e auditivos e, assim como nos semáforos poderiam conter outras inovações que visam a facilidade dos deficientes nos transportes durante as viagens para sim reduzir as dificuldades no cotidiano.

Neste sentido, nota se que, falta muita coisa na valorização dos deficientes, ou seja, os governantes, empresários e assim como a sociedade em geral precisam se dar conta de que as pessoas com deficiência são cidadãos como os outros, são contribuintes, consumidores e clientes como qualquer um outro cidadão, todos eles têm as mesmas necessidades desde viagens, amor pela gastronomia, o teatro, o cinema, a música e a dança como qualquer pessoa outra pessoa, o que deve ser feito é apenas a forma de valorização de todos sem discriminar. Na mesma linha, assegura se que, ainda falta muita consideração para as pessoas com deficiência e assim como a valorização das políticas que visam inclusão social para com todos como forma de quebrar a discriminação social.

Assim, de acordo com Affonso (2014), o autor precisou que, “[...] todos os espaços precisam ser acessíveis, o fato que é bem difícil de ser visto em muitos espaços”. Na mesma ótica, o autor entende que, no Brasil, é raro encontrar um museu onde haja possibilidades de um deficiente visual tocar as peças para conhecê-las ou ter audiodescrição das obras expostas, além da falta de acessibilidade física já conhecida nos espaços culturais, fato também que é visto na Guiné Bissau, ou seja, no caso da Guiné a situação é mais caótica pelo que, muitos espaços públicos e privados não possuem condições que facilitam o acesso dos deficientes e muito menos pensa em inovações que visam integrar todos dentro do uso destes bens públicos. Na mesma lógica, muitas instituições não possuem condições que permitem a entrada dos deficientes, por exemplo, prédios com escadas que não facilitam a entrada dos deficientes e nas suas maiorias não contem elevadores como forma de facilitar a locomoção, ou seja, quase em muitas instituições os cadeirantes não têm como acessar aquelas escadas devido suas limitações físicas e o sofrimento recai sobre os deficientes que não conseguem acessar os prédios para que suas demandas sejam atendidas.

Considerações finais

Considera se que, pelos relatos do relatório da liga dos direitos humanos e das famílias e assim como a vivencia dos deficientes na Guiné Bissau, a forma como estes

enfrentam a discriminação social, e assim como o abandono familiar não é de melhor, ou seja, a discriminação ainda é bem centralizada na sociedade o que tem dificultado esta classe para se integrar na vida social.

No entanto, para que haja uma sociedade justa e sem discriminação, a criação de uma educação e a sociedade inclusiva pode ser entendida como um meio por excelência de difusão dos valores de justiça e equidade social, solidariedade, respeito e participação democrática permitindo assim a integração de todos. Em outras palavras, nota-se que algumas organizações ilustram estes métodos como forma de poder acabar com a discriminação social como ilustra a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), “as escolas regulares, seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios capazes para combater as atitudes discriminatórias.”

Nesta ótica, nota-se que, o problema da exclusão social e assim como educacional, ainda são bastante marcados no país, assim, compreende-se que, esse problema de discriminação não poderia ser considerado ou encarado como um problema das famílias dos alunos deficientes, mas sim, da instituição estatal que tem como missão garantir igualdade e o ensino para todos e assim como das escolas que devem inovar as carteiras para permitir o acesso dos deficientes no todo que a sociedade reserva.

Assim, assegura-se que, a convivência dos deficientes na Guiné Bissau não garante suas integrações e segurança e, muitos são descartados de forma direta pela deficiência que possuem, ou melhor dizendo, ser deficiente num país como este é muito custoso começando pela forma como a família ignora sua contribuição mental e assim como a sociedade em geral.

O motivo para que a vivência dos deficientes seja difícil neste país é muito elevado, partindo da ausência de políticas públicas que defendem a integração e assim como a que proíbe a discriminação, ou seja, até vale dizer que, não é porque essas coisas que defendem a integração de todos não existiram, mas sim, nunca se cumpram com esta lei o que tem motivado a sociedade a manter uma forte discriminação para com os deficientes. Sendo um país com uma sociedade ainda um pouco atrasado no que tange a escolarização nem todos é que sentem os deficientes como ser humano, ou até posso dizer que os deficientes são descartados pela sociedade de forma direta.

A vivência dos deficientes na Guiné Bissau tem sido muito difícil sobre tudo quando se refere ao acesso aos espaços públicos e assim como obtenção de emprego, ou seja, nem todos deficientes é que sentem encorajados ao encerrar concursos quando este aparecer, sendo que, nem sempre os empregos são dados por mérito, mas sim, por

questões partidários o que tem dificultado ainda mais a inserção destes no mundo profissional.

Partindo de todos os relatos feitos pela liga e dos autores ao longo do texto, compreende-se que, a aceitação de qualquer que seja deficiente é muito rara dentro da sociedade Bissau guineense, ou seja, estes são excluídos no tudo que a sociedade faz como proveito, começando por suas integrações, a discriminação enfrentada nos atendimentos públicos e entre outros casos que deste gênero. Assim, é preciso que haja políticas direcionadas para proteger a vivência dos deficientes assim como permitir que estes tomem parte na decisão de planos que visam contribuir para o desenvolvimento cultural e social do País. Enfim, salienta-se que, cabe ao estado ou ente público restaurar suas políticas de integração com objetivo de fazer inserir todos dentro da sociedade sociocultural, visando assim eliminar a discriminação social e assim como dar oportunidade a todos.

Considerando as experiências vividas na Guiné Bissau, pode-se afirmar que, pelas ineficácias e falta de dinamismo face aos problemas sociais que o País tem, os sucessivos governos que já passaram na Guiné Bissau sempre foram incapazes em resolver demandas sociais dos cidadãos fato que tem motivado o abandono das escolas de quase toda a sociedade. Assim, compreende-se que as ações do governo voltadas para pessoas com deficiência com intuito de minimizar a discriminação social é pouco visto (ou inexistentes), ou seja, ninguém vê as ações do governo para com a proteção dos deficientes na Guiné Bissau e esse silêncio tem contribuído bastante para com a discriminação social que se vive no País.

Por um lado, percebe-se que as ações que protegem e que visam integrar os deficientes como cotas afirmativas, políticas de inclusão nunca são idealizadas pelos sucessivos governos que tem governado o País durante tempos. No entanto, as defesas das pessoas com deficiências têm sido travadas em sua maioria pela sociedade civil, a entidade que defende a sociedade, tem promovido meios que facilitam pessoas a denunciarem contra mal tratados que passam no dia a dia, sobretudo para os deficientes como forma de tornar público as ações de discriminação social contra e qualquer portador de deficiência. Assim, assevera-se que, é preciso que haja ainda mais atenção para com os deficientes na Guiné Bissau como forma de permitir que estes integrem no tudo que a sociedade propôs para todos, ou seja, todos e demais ações de qualquer governo devem acentuar em promover igualdade para todos sem discriminação de cor, raça ou religião.

Referências

AFFONSO, Dolores (2014). **Pessoas com deficiência também precisam se divertir.**

Inclusão diferente. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/urbe/a/DPFzh4kGdNdSsGk9s9CDCyg/?lang=pt>. Acesso em: 29 jul. 2022.

ASSIS, Mariane Cristina Gennari (2014). **Novo secretário-adjunto da secretaria de estado dos direitos das pessoas com deficiência de São Paulo.** O blog das pessoas com deficiência.

BAROLO, Lorena et al. (2011). Breve histórico da deficiência e os seus paradigmas.

RNEPIM, Curitiba, vol.2, nº2, p.123 -144.

BOLETIM OFICIAL DA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. nº 26 Sessão Ordinária nº 1 do ano legislativo 2017/2018, Objetivos Programáticos de Intervenção do Governo, 2018.

BONFIM, Roberto (2012). Site divulga fotos de calçadas malconservadas de Curitiba.

Curitiba: **Gazeta do Povo**. Blog Inclusilhado.

BRASIL (2007). **Direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Brasil:** legislação federal compilada – 1973 a 2006. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

CARNEIRO, Moaci Alves. (2007) **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns:** possibilidades e limitações. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

FREIRE, Sofia (2008) Olhar Sobre A Inclusão. **Revista da Educação**, Vol. XVI, nº 1, p.5-20.

GARCIA, Vitor (2013). Manifesto paulista pelos direitos das pessoas com deficiência no dia 7/8 em SP. Deficiente Ciente. Vol.26, nº1. Recuperado em 26 de outubro de 2014, de <http://www.deficienteciente.com.br/2013/08/manifesto-paulistapelos-direitos-das-pessoas-com-deficiencia-no-dia-07-08-em-sp.html>

GIL, Antônio Carlos. (2002) **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMIDE Alexandre Ávila; GALINDO, Ernesto Pereira (2013). A mobilidade urbana: uma agenda inconclusa ou o retorno daquilo que não foi. **Estudos Avançados**, vol.27, nº79, p.27-39.

GUGEL, Maria. (2011) **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade: Segundo AMPID.** Disponível em:

http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php acessado em 30 jul. 2022.

Guiné-Bissau (2012). Liga Guineense dos Direitos Humanos, **Relatório sobre a Situação dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau 2010/2012**. Bissau, Guide Artes Gráficas.

LYNN, Laurence ; GOULD, Stephanie. **Designing public policy**: a casebook on the role of policy analysis. Goodyear Publishing Company, 1980.

THE WORLD BANK. (2012). **Relatório mundial sobre a deficiência**. São Paulo: SED PcD, 2012.

SANTOS RODRIGUES, Talianne. Políticas públicas direcionadas às pessoas com deficiência: uma reflexão crítica. **Revista Ágora**, Vitória, vol.15, nº1, p. 210-219, 2012.

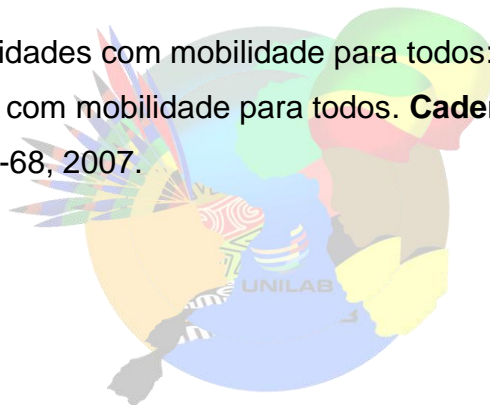
SILVA, Souza, Francisca; PINTO, Maria José Mendes; GUEDES, Maria Lucy Alves de Lima (2007). **Análise das políticas públicas de saúde voltadas para a pessoa idosa com deficiência no Brasil e no Distrito Federal**. Monografia de Especialização em Políticas Públicas e Gestão Estratégica em Saúde, Departamento de Saúde Coletiva, Universidade de Brasília, 2007. Monografia (especialização, em Políticas Públicas e Gestão Estratégica em Saúde) Universidade de Brasília, 2007.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Como chamar as pessoas com deficiência?** São Paulo, 2005.

TELES, Paula. Desenhar cidades com mobilidade para todos: o caso prático da rede nacional de cidades e vilas com mobilidade para todos. **Cadernos Sociedade e Trabalho**, vol. 8, nº1, p. 57-68, 2007.

Recebido em: 23/06/2022

Aceito em: 05/09/2022



Para citar este texto (ABNT): NANQUE, Jailson Carlos. Políticas públicas para pessoas com deficiência na Guiné-Bissau. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.2, nº2, p.263-284, jul./dez. 2022.

Para citar este texto (APA): Nanque, Jailson Carlos (jul./dez.2022). Políticas públicas para pessoas com deficiência na Guiné-Bissau. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 2 (2): 263-284.